## INFORME PUBLICITÁRIO

## MANIFESTO EM DEFESA DO MEDICAMENTO ACESSÍVEL

## Pela inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 40 da Lei de Patentes

No próximo dia 7 de abril, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devem julgar se consideram inconstitucional o parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI), alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529. A legislação, prevista no artigo 40, estende por três ano e meio, em média, as patentes farmacêuticas.

Estudos do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEI/IE/UFRJ) já demonstraram o alcance da extensão de patentes farmacêuticas e de seu custo para os brasileiros e para o Sistema Único de Saúde (SUS): os gastos com compras estratégicas de apenas nove medicamentos poderiam ser barateados em até 57%, equivalente a 1,1% do orçamento anual do SUS.

A crise sanitária causada pela pandemia do vírus Sars-Cov-2, aprofundada pela crise econômica que o país enfrenta, gera ainda mais pressão sobre as políticas públicas de saúde, em especial quanto ao financiamento do SUS. Dessa maneira, não há motivos para a manutenção de tal dispositivo.

A mudança na lei de patentes pode trazer uma receita adicional de R\$ 3 bilhões para o sistema de saúde pública, que podem ser usados beneficiando seja para tratar da Covid-19 ou de qualquer outra doença.

A mudança na legislação também vai facilitar o acesso da população aos medicamentos. É por isso que os profissionais abaixo (ex-ministros da saúde, juristas, economistas, professores e pesquisadores) pedem que os ministros do STF considerem inconstitucional o Parágrafo Único do artigo 40 da LPI.

No processo de harmonização ao Acordo sobre os Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), a LPI estabeleceu no caput do art. 40 os prazos regulares de vigência de 20 anos para patentes de invenção e 15 anos para modelos de utilidade, a partir do depósito do pedido. Para além das obrigações do Acordo TRIPS, foram inseridos no Parágrafo Único do art. 40 prazos mínimos de vigência de 10 anos e 7 anos a partir da data de sua concessão, respectivamente.

O objetivo dessa extensão, equivocadamente, seria mitigar os eventuais efeitos negativos de atrasos no exame de patentes. Entretanto, esse dispositivo não é necessário, visto que já existe garantia de reparação retroativa ao titular – dada a expectativa de direito garantida pelo art. 44 da LPI –, e ainda causa danos difusos à sociedade e à competição, em especial no que tange às patentes farmacêuticas e aos desafios de saúde pública.

A extensão da vigência de patentes desequilibra a balança de estímulos almejados pela política de propriedade industrial, pois atrasa a entrada de concorrentes no mercado e impede que o custo da saúde pública diminua. Iniciativas legislativas importantes foram estabelecidas na busca da revogação deste dispositivo, como o projeto de lei do senador José Serra, de 2018, o que releva a importância do julgamento do STF, para sanar, em definitivo, a questão.

Por meio da ADI nº 5.529, o STF tem a oportunidade de antecipar essa solução. Solução que pode reduzir custos do SUS, gerar uma receita adicional num momento de pandemia e tornar os medicamentos mais acessíveis. Diante disso, reforçamos nosso apoio à declaração de inconstitucionalidade do Parágrafo Único do artigo 40 da LPI.

Dr. José Serra, Economista e ex-Ministro da Saúde; Dr. José Gomes Temporão, Médico e ex-Ministro da Saúde; Dr. Artur Chioro, Médico e ex-Ministro da Saúde; Dr. José Saraiva Felipe, Médico e ex-Ministro da Saúde; Senador Humberto Costa, Médico e ex-Ministro da Saúde; Deputado Federal Alexandre Padilha, Médico e ex-Ministro da Saúde; Dr. Agenor Alvares, Farmacêutico e ex-Ministro da Saúde; Dr. Barjas Negri, Economista e ex-Ministro da Saúde: Goncalo Vecina, Ex-presidente da Anvisa: Cláudio Maierovich, Ex-presidente da Anvisa: Dr. Denizar Vianna, Médico e ex-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Lia Hasenclever, Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação; Julia Paranhos, Grupo de Economia da Inovação/Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Eduardo Mercadante, Departamento de Desenvolvimento Internacional, London School of Economics and Political Sciences; Gesner Oliveira, Direito e economia da concorrência, Fundação Getúlio Vargas; Ana Celia Castro, Colégio Brasileiro de Altos Estudos, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Adriana Mendoza-Ruiz, Escola Nacional De Saúde Pública; Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; Carlos Medicis Morel, Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Henrique Zeferino de Menezes, Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba; Jorge Bermudez, Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz; Luiz Martins de Melo, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Marcela Cristina Fogaça Vieira, Global Health Centre, Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva; Maria Auxiliadora Oliveira, Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo C; Marta R. Castilho, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Clèmerson Merlin Clève, Direito Universidade Federal do Paraná; Karin Grau-Kuntz, Coordenação Acadêmica, IBPI; Pedro Marcos Nunes Barbosa, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Gustavo Svensson, Direito, IBPI; Ricardo Torres, Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Vitor Ido, Health Intellectual Property and Biodiversity, South Centre; Allan Rocha de Souza, Pesquisador no Programa de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Gabriel Schulman, Direito, Universidade Positivo; Gisele Cittadino, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Milton Lucídio Leão Barcellos, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Raul Murad Ribeiro de Castro, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Leila da Luz Lima Cabral, Ex-Pesquisadora INPI – Expert em Propriedade Industrial WIPO/OMPI - Competitive Intelligence, LLL Cabral & D.V. Pinto; André Fernandes Estevez, Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Marcos Wachowicz, Direito, Universidade Federal do Paraná; Luca Schirru, Direito, Unipositivo.